

Os múltiplos pontos de entrada da sustentabilidade: **Clima, Agricultura e Planeamento Territorial**

Cecília Delgado

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, FCSH.NOVA - Universidade Nova de Lisboa – Lisboa – Portugal | Rede Nacional Alimentar Cidades Sustentáveis

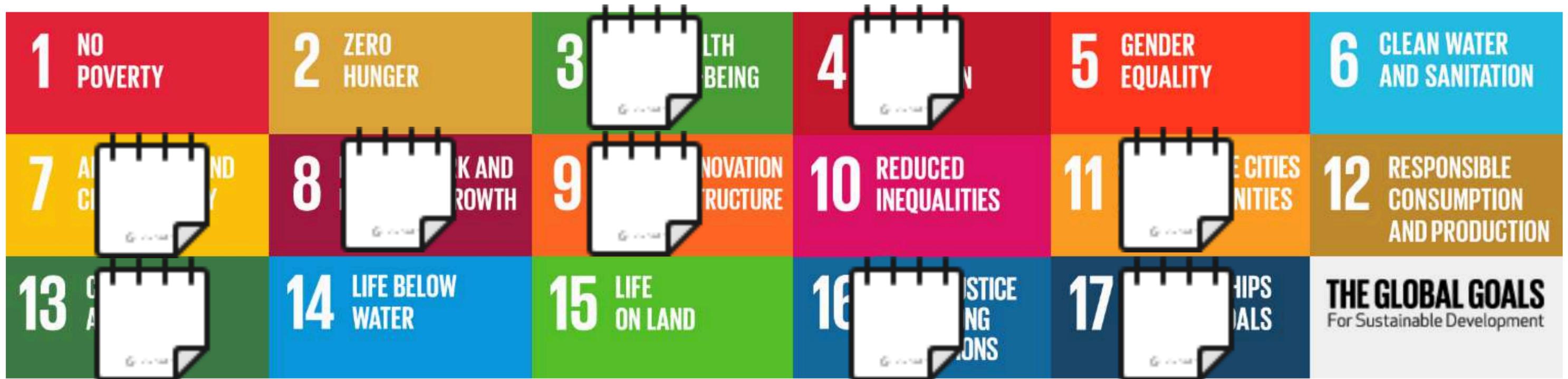


30 de Março 2023 - Sessão de Lançamento ECOXXI

Roteiro

- 📌 ***Os múltiplos pontos de entrada da sustentabilidade***
- 📌 ***Clima, Agricultura que relação?***
- 📌 ***Análise de 14 estratégias e planos de adaptação climática - onde está a agricultura e a alimentação?***
- 📌 ***Estamos mesmo a considerar a integração das medidas e ações de adaptação climática nos instrumentos de planeamento territorial?***
- 📌 ***Conclusões - o que aprendemos com os resultados!***

Os múltiplos pontos de entrada da sustentabilidade



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 - Onde está a Agricultura e Alimentação? FAO vs MUFPP



ECO XXI Municípios no percurso da sustentabilidade

Indicador 1 - Promoção da Educação Ambiental/EDS por iniciativa do município

Indicador 2 - Programas Escolares da FEE

Indicador 3 - Sustentabilidade nas Zonas Balneares

Indicador 4 - Cidadania, Governança e Participação

Indicador 5 - Transparência, Digitalização e Conectividade

Indicador 6 - Emprego

Indicador 7 - Cooperação com a Sociedade Civil em Matéria de Ambiente e de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Indicador 8 - Certificação de Sistemas de Gestão

Indicador 9 - Alterações Climáticas

Indicador 10 - Saúde e Bem-Estar

Indicador 11 - Ordenamento do Território: Espaços Públicos, Planeamento e Requalificação Urbana

Indicador 12 - Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade)

Indicador 13 - Gestão e Conservação da Floresta

Indicador 14 - Qualidade do Ar e Informação ao Público

Indicador 15 - Qualidade do Ambiente Sonoro

Indicador 16 - Água Segura e Qualidade dos Serviços de Águas Prestados aos Utilizadores

Indicador 17 - Produção e Recolha Seletiva e Valorização de Resíduos Urbanos

Indicador 18 - Valorização do Papel da Energia na Gestão Municipal

Indicador 19 - Mobilidade Sustentável

Indicador 20 - Agricultura Sustentável e Desenvolvimento Rural

Indicador 21 - Turismo Sustentável



Clima, Agricultura que relação?

Uma relação é relevante!



1. Os sistemas alimentares estão profundamente interligados com esta crise climática. Em muitas regiões, especialmente nos países em desenvolvimento, as alterações climáticas já começaram a reduzir a produtividade agrícola e a perturbar as cadeias de abastecimento.
2. A resposta aos desafios das alterações climáticas exigirá uma transformação dos nossos sistemas alimentares. Uma revisão que exige grandes reformas políticas, investimentos substanciais, e um ambiente propício que fomente e englobe a inovação.(IPCC, 2022).

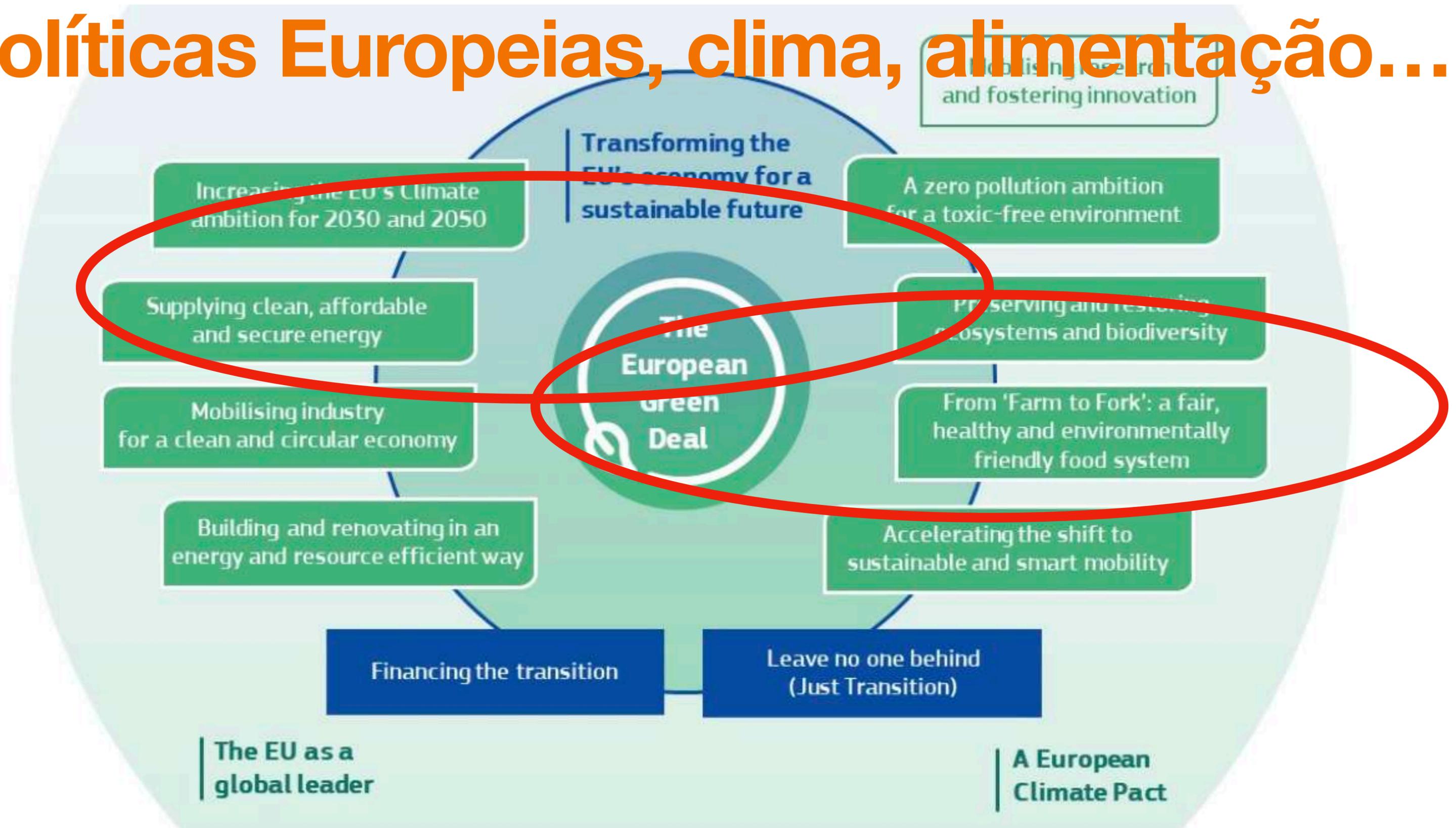


FFS!
DON'T
KEEP
CALM
AND
CARRY
ON

EVER GET THE FEELING
THE IPCC IS TRYING
TO TELL US SOMETHING?

Katauskas

Políticas Europeias, clima, alimentação...



WHY CITIES AND WHY FOOD SYSTEMS?



55%
OF THE WORLD'S
POPULATION RESIDES
IN URBAN AREAS



70%
OF ALL FOOD
PRODUCED IS
DESTINED FOR
CONSUMPTION
IN CITIES



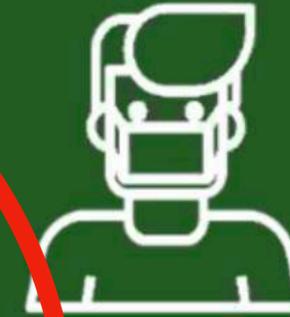
60%+
OF PRIMARY ENERGY
DEMAND AND
70 PERCENT OF CO₂
EMISSIONS STEM
FROM CITIES



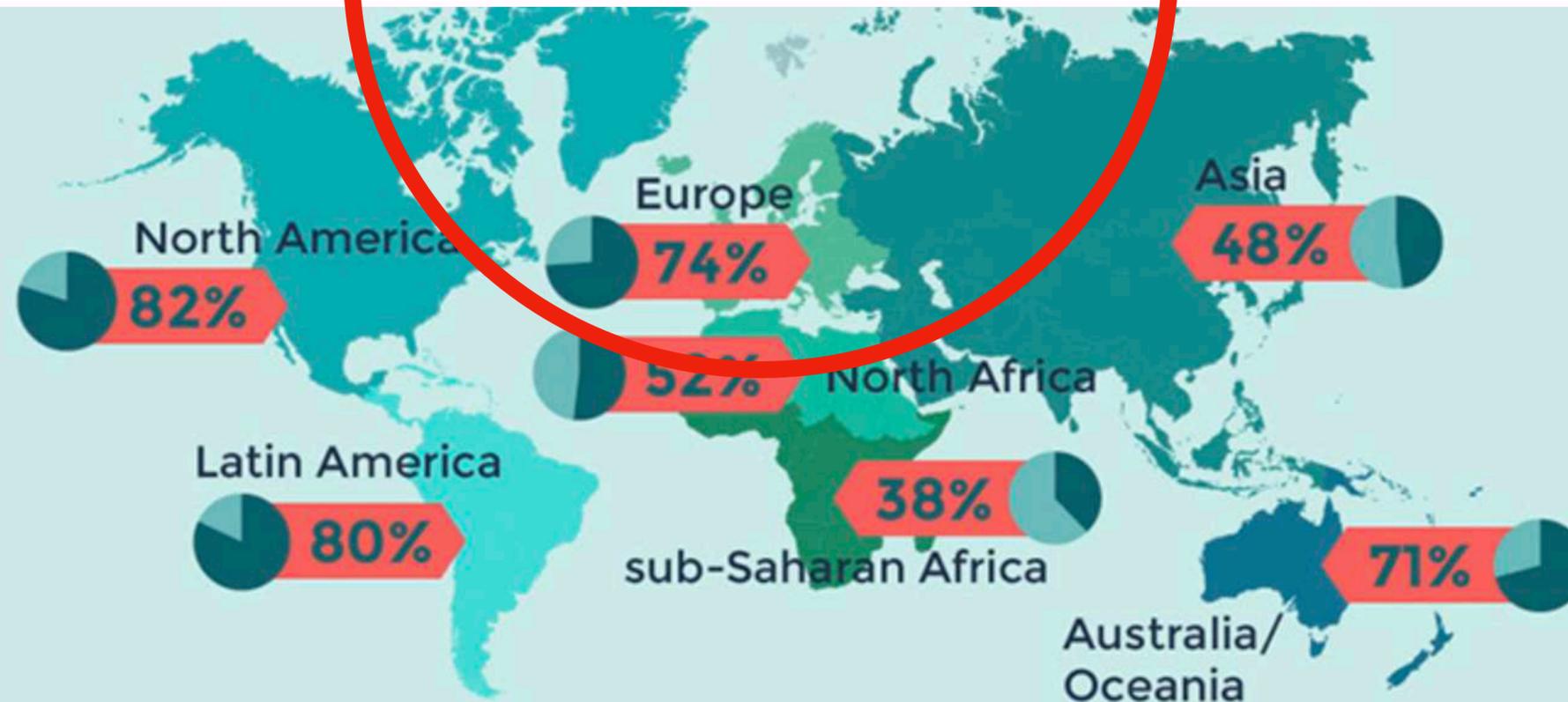
34%
OF THE GLOBAL
POPULATION LIVES
IN SMALL CITIES OR
TOWNS



30%
OF ALL GREENHOUSE
GAS EMISSIONS STEM
FROM FOOD
PRODUCTION AND
DISTRIBUTION



80%+
OF URBAN DWELLERS
ARE EXPOSED TO
AIRQUALITY
LEVELS THAT EXCEED
WHO LIMITS

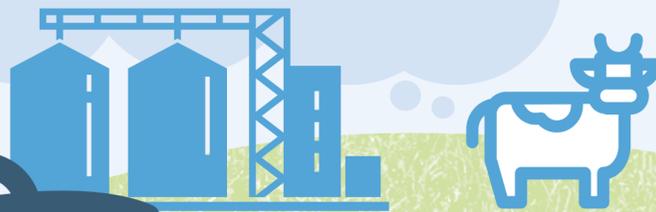


Food: the missing ingredient for tackling the climate and ecological emergency



What's going wrong?

The food we eat contributes up to **30% of total greenhouse gas (GHG) emissions in the UK.**



The UK wastes **10 million tonnes of food every year.**

Agriculture and livestock farming are **by far the biggest contributors** to deforestation, biodiversity loss, and soil pollution, as well as land and water use.



30% of our fisheries are fully exploited or overfished.¹

And what can we do?



1. Include food! In...

- Climate Emergency action plans
- Nature / biodiversity action plans
- Planning, transport and economic policy



2. Buy and eat better

Both **individuals and organisations** such as restaurants and caterers adopt a climate friendly diet:

More plant – less meat²

More seasonal – less processed

Lower carbon supply chains

- including:
- Food depots
 - Markets
 - Direct buying
 - Tech solutions
 - Electric delivery
 - Dynamic procurement



3. Care for land – and sea

- **Climate friendly agriculture:** Carbon capture – biodiversity³ – soil regeneration – new skills and jobs
- **Pesticide reduction:** more pollinators – better food supply
- **Carbon leadership:** City Council Whole Estate Plan, South Downs National Park Authority, The Living Coast UNESCO World Biosphere Region, Sussex IFCA, allotments and community gardens



4. Think circular

- **25-30%** of all food produced is lost or wasted⁴ – we have to halve that by 2030⁵
- **Think food use not food waste:** **Reduce, Reuse, Redistribute, Recycle**
- **Innovation** e.g. Surplus Food Network, new repurposed products



5. Act in partnership

- **Support the Food Partnership!**
- Deliver the **Food Strategy**
- **Communication and connections**
- Build a **movement**



DECLARAÇÃO DE GLASGOW ALIMENTAÇÃO E CLIMA

English

Spanish

French

Portuguese

A DECLARAÇÃO DE GLASGOW

QUEM SOMOS

COMO ADERIR

SOBRE

RECURSOS

EVENTOS

DECLARAÇÃO DE GLASGOW ALIMENTAÇÃO E CLIMA

Um compromisso feito pelos governos locais e regionais para dar resposta à emergência climática através de políticas alimentares integradas, incitando os governos nacionais a agir!

REGIÃO DE COIMBRA PORTUGAL

FACILITAR A ARTICULAÇÃO ENTRE OS ATORES PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DO TERRITÓRIO

Este estudo de caso resulta de uma entrevista realizada a Paula Silvestre - Divisão Administrativa e Financeira e Vera Lopes - Estrutura de Desenvolvimento Económico e Social, da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra. Escrito por Cecília Delgado (CICS.NOVA, NOVA.FCSH)

GLASGOW
FOOD AND
CLIMATE
DECLARATION

Em Portugal as Comunidades Intermunicipais - CIMs, correspondem a uma unidade territorial composta por um conjunto de municípios. Em termos administrativos a CIM tem como principais atribuições a promoção da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido, priorizando a articulação dos investimentos municipais e a contratualização de fundos comunitários.

A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL (CIM) REGIÃO DE COIMBRA (RC), é formada por 19 municípios, totalizando cerca de 437 mil habitantes (INE, 2021) num território de 4.3 mil km² (média de 101.7 hab/Km²). O conjunto de municípios apresenta características populacionais muitas heterogéneas, por exemplo, um baixo nível de escolaridade, não obstante a Universidade de Coimbra, fundada em 1290, ser uma das mais antigas da Europa. Apresenta igualmente uma substancial dicotomia entre municípios localizados no litoral vs. interiores e municípios urbanos vs. rurais.

Em 2017 um incêndio florestal de proporções dramáticas em 7 dos 19 municípios da Comunidade intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra (RC), resultou em mais de 50 perdas humanas, animais, milhares de hectares ardidos, floresta e infraestruturas. Uma catástrofe que levou a CIM RC a intervir na mitigação e adaptação às alterações climáticas e na valorização do potencial endógeno do território, numa perspetiva de desenvolvimento económico e social. Desde 2018, a CIM RC coordena iniciativas no âmbito do clima e da alimentação, em particular o projeto ClimAgir e o galardão Coimbra - Região Europeia da Gastronomia 21/22.

O projeto CLIMAGIR é uma das componentes do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC), elaborado pela CIM RC e pela Universidade de Coimbra em 2017, na sequência do mencionado incêndio. O galardão COIMBRA - REGIÃO EUROPEIA DA GASTRONOMIA 2021-2022 - corresponde a uma distinção atribuída pelo IGCAT - Instituto Internacional de Gastronomia, Cultura, Artes e Turismo, sediado em Barcelona.

FACILITADORES

Os incêndios que aconteceram em 2017 criaram uma onda de sensibilidade coletiva para a importância de atuar na educação ambiental e mitigar as alterações climáticas, que culminou no PIAAC.

As CIMs têm uma linha de financiamento própria, os Pactos para o desenvolvimento territorial, onde negociam diretamente com o governo central no âmbito de cada quadro comunitário Europeu quais são os eixos de investimento pretendido. Nesse sentido, tem um poder de negociação e financiamento com o governo central, que lhes permite ultrapassar as

BARREIRAS

Quando existem várias linhas de financiamento lançadas pelo governo central, na mesma altura temporal, existe o risco de os atores estarem a desenvolver projetos similares, sem articulação das ações no terreno e no tempo. A articulação implica diálogo e tempo que nem sempre é coordenável com os prazos curtos e sobrepostos das candidaturas para financiamento.

A comunicação entre os diferentes atores é uma barreira, atendendo nomeadamente aos baixos níveis de escolaridade de alguns agricultores

“Faltam momentos e tempo para técnicos, políticos e outros atores interagirem, conversarem, trocarem ideias e experiências. Se isto não existir não há compromisso, e muito dificilmente vamos ser eficientes e eficazes.”

MÉRTOLA PORTUGAL

O PODER AGREGADOR DA ALIMENTAÇÃO E DO CLIMA NOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Este estudo de caso resulta de uma entrevista realizada a Rosinda Pimenta (vereadora da Câmara Municipal de Mértola) e Marta Cortegano (Terra Sintrópica). Escrito por Cecília Delgado, Universidade Nova de Lisboa, CICS.NOVA, NOVA FCSH

GLASGOW
FOOD AND
CLIMATE
DECLARATION

O concelho de MÉRTOLA situa-se no interior sul de Portugal (Baixo Alentejo) numa região altamente atingida pelas alterações climáticas (região semiárida). É também um território de baixa densidade, com 1.292,87 km² e 6205 habitantes (4,7hab/km²) dispersos em mais de 100 pequenos núcleos populacionais.

Em 2017, um grupo de atores locais, nomeadamente a autarquia, agricultores, coletividades locais e a associação de empresários do Vale do Guadiana, identificou as duas problemáticas que mais afetavam o seu território: 1) as alterações climáticas; 2) a perda populacional. Estava definido o mote para iniciar a Rede Alimentar de Mértola, um processo de sensibilização e capacitação da comunidade, tendo como pretexto a alimentação local e sazonal, amiga da economia e do ambiente.

Tornara-se evidente que a produção local estava comprometida pelas alterações climáticas e que a fixação de pessoas no concelho dependia da criação de emprego local num setor económico relevante para a região - a agricultura. O processo de sensibilização para o tema materializou-se em encontros mensais no mercado denominadas “À NOITE NO MERCADO” onde se aprendia, conversava, se comia e partilhavam produtos locais e sazonais. Rapidamente se concluiu que a alimentação tinha um efeito agregador e multiplicador de projetos locais. A dinâmica das tertúlias foi alavancada pelo movimento “SLOW FOOD DO ALGARVE” através da Campanha “Combater as Alterações Climáticas com o garfo”, lançada no dia da terra.

FACILITADORES

A iniciativa mensal “A noite no Mercado” gerou o empoderamento da comunidade e colocou na agenda local a urgência da transição agroecologia. Percebeu-se que uma abordagem próxima da comunidade era geradora de sinergias entre atores potenciando projetos.

Entretanto, foram promovidas visitas a outras “COMUNIDADES DE PRÁTICA”. As viagens em grupo permitiram construir capital social, entre decisores políticos, agricultores e representantes das coletividades locais. Em 2018 e 2019 foram visitadas várias iniciativas em Portugal e Espanha. A visita à associação ALVELAL (Espanha) foi um marco fundamental para perceber que há soluções para fomentar a agricultura em zonas atingidas pela seca extrema, mas também para integrar uma nova perspetiva de governança horizontal a partir da construção de relações de confiança e autonomia entre os atores locais.

“Perante a adversidade das alterações climáticas é preciso ser não conformista e procurar soluções.”

BARREIRAS

No período pré-eleitoral o processo tinha que estar acima da bipolarização política, o que nem sempre aconteceu.

Mértola é uma comunidade pequena, onde a alteração ao status quo nem sempre é encarada favoravelmente. Os antagonismos não facilitaram o processo e exacerbaram a polarização entre os agricultores convencionais e os agricultores defensores de práticas alternativas como a agricultura regenerativa.

A pandemia Covid implicou extensos períodos de confinamento e restrições às atividades de grupo, mas foi também a alavanca para vários projetos como o “FRESCOS SOBRE RODAS”, uma loja online e entrega de cabazes porta-a-porta.

Por outro lado, a falta de contacto entre as pessoas permitiu vazios que

Análise de 14 Estratégias e Planos de adaptação climática - onde está a agricultura e a alimentação?

Seleção de 14 Estratégias e Planos de Adaptação Climática

- 📌 **14 Estratégias e Planos de Adaptação Climática de um grupo selecionado de cidades que participaram no concurso nacional ECO XXI em 2021.**
- 📌 Em 2021, cerca de 57 dos 308 municípios portugueses participaram no concurso. Destes 57, 40 tinham formulado e aprovado um Plano ou Estratégia de Adaptação Climática (CAPE): 16 a nível municipal e 24 como parte de um plano metropolitano ou regional mais amplo.
- 📌 Dos 16, considerámos para uma análise mais aprofundada apenas os 14 predominantemente urbanos, com pelo menos 51% da sua população a viver em áreas urbanas

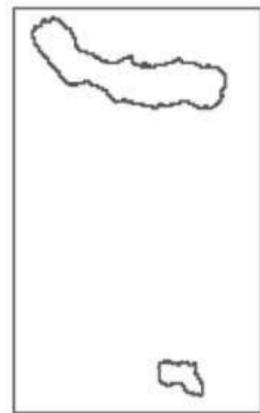
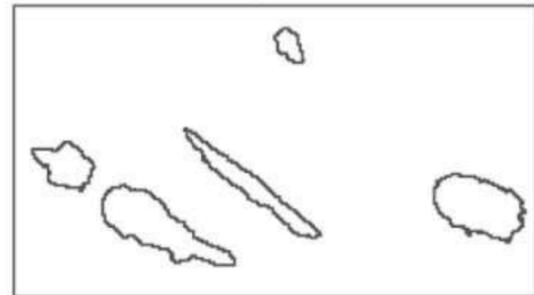
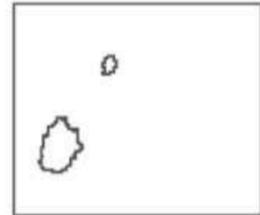


MAP of PORTUGAL - CITIES LOCATION

Os 14 municípios, com pelo menos 51% da sua população a viver em áreas urbanas

	Municipality	N. Inhabitants (INE, 2020)	% Inhabitants living in urban area (INE)
1	Águeda	46 075	79%
2	Amarante	53 193	58%
3	Braga	182 679	93%
4	Cascais	213 608	99%
5	Funchal	104 024	100%
6	Lagos	30 374	74%
7	Leiria	125 267	76%
8	Mafra	84 816	72%
9	Maia	138 971	98%
10	Póvoa de Varzim	62 784	81%
11	Santo Tirso	68 055	88%
12	Torres Vedras	78 530	82%
13	Trofa	38 418	87%
14	Valongo	97 444	100%
15	Alfândega da Fé	4 550	0%
16	Vila de Rei	3 323	51%

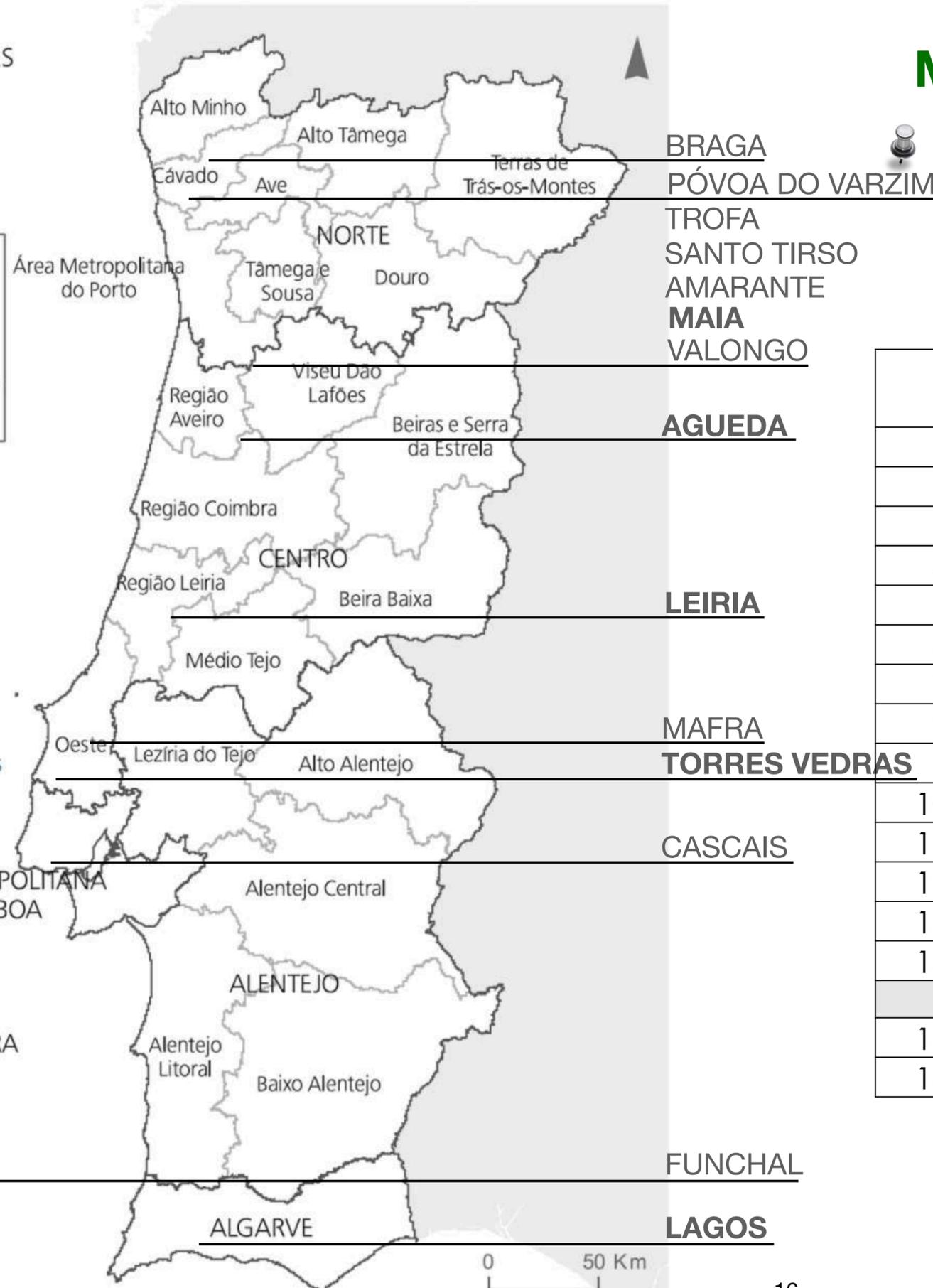
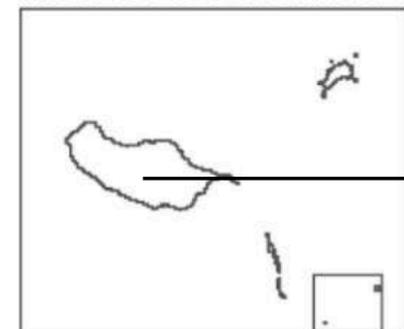
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



Limites territoriais / territorial delimitations



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



Perguntas de Investigação:

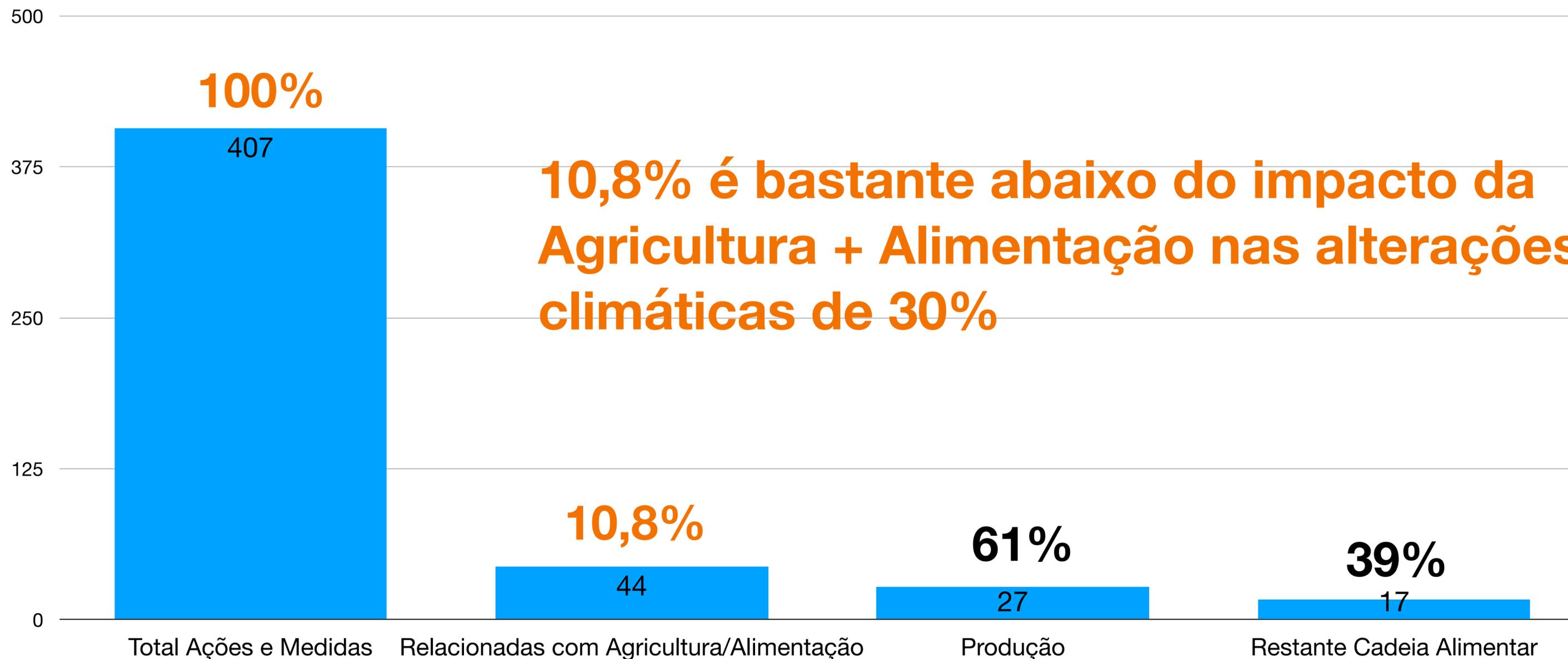
- 📌 **As Estratégias e Planos de Adaptação Climática incluem a produção local de alimentos como forma de mitigar os impactos das alterações climáticas?**
- 📌 **Consideram cada etapa da cadeia alimentar ou apenas a produção de alimentos (agricultura);**
- 📌 **De que modo essas medidas estão a ser transcritas nos instrumentos de ordenamento territorial?**



Metodologia:

1. Análise das medidas/acções de adaptação propostas utilizando uma dupla abordagem - (1) produção alimentar e (2) outras fases da cadeia alimentar
2. Exame aprofundado de cinco cidades com um Plano de Adaptação Climática - de que forma essas cidades prevêm a integração das suas ações no planeamento territorial.
3. Entrevistas semi-estruturadas aos representantes dos Departamentos de Planeamento dos municípios com Planos de adaptação climática, para confirmar como, e se, essas acções foram transcritas para os instrumentos de planeamento territorial.

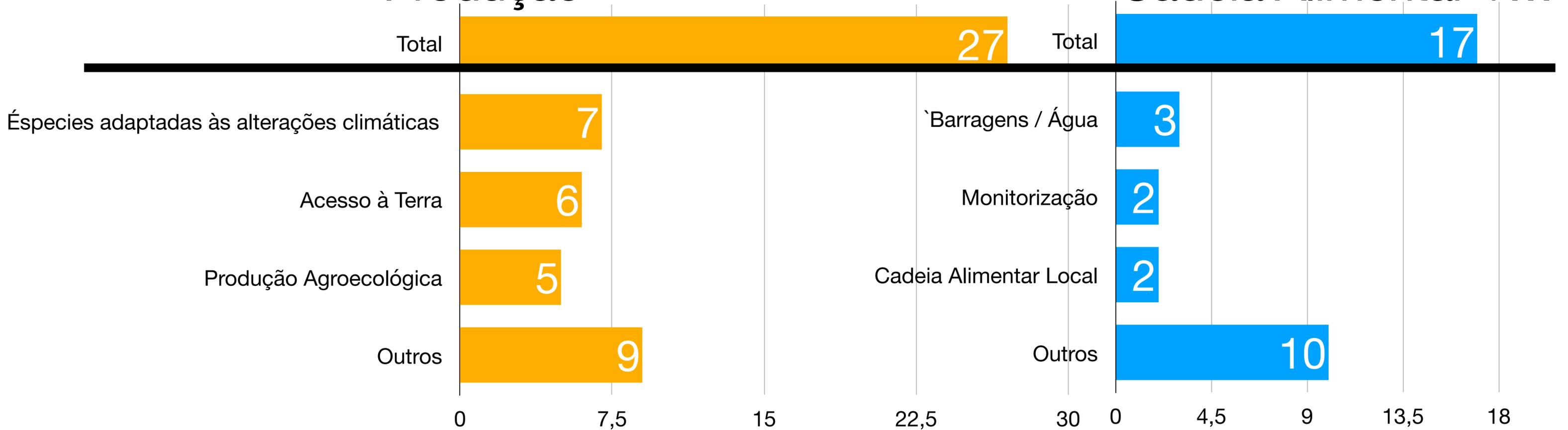
- ☑ No total das 14 Estratégias e Planos há 407 medidas e acções de adaptação climática.
- ☑ Destas 407 apenas 44 estão relacionadas com a agricultura - 10,8% do total.



Observando mais de perto as 44 acções e medidas relacionadas com a alimentação e a agricultura

61%
Produção

39%
Cadeia Alimentar +...



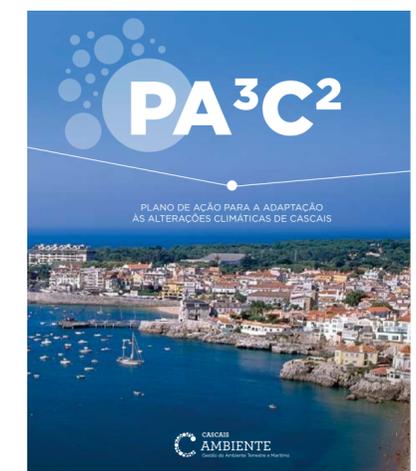
Estamos mesmo a considerar a integração das medidas e ações de adaptação climática nos instrumentos de planeamento territorial?

Integração das medidas e ações nos instrumentos de planeamento territorial

- 📌 11 dos 14 Planos e Estratégias analisados têm um capítulo sobre a integração das ações e medidas no planeamento territorial
- 📌 Dos cinco municípios com Planos de Adaptação Climática apenas dois deles, consideraram a integração das suas acções de adaptação climática nos planos territoriais.
- 📌 A forma como essas acções vão ser integradas permanece pouco clara: Maia e o município de Leiria, indicaram ter integrado algumas das acções no capítulo do Plano Director.

E o planeamento territorial?

1. Os departamentos de planeamento territorial nem sempre estão envolvidos no processo de formulação das Estratégias e Planos de Adaptação Climática.
2. Assume-se que os planos directores são direccionados “apenas” para o uso do solo, i.e. terrenos agrícolas ou terrenos urbanos.
3. Consenso de que os PAC são normativos e não vinculativos: a sua implementação depende essencialmente da vontade política.
4. Por último, mas não menos importante, no terreno estas acções são lideradas pelo Departamento do Ambiente, deixando para trás a visão integrada da sustentabilidade



O que significam estes resultados para os urbanistas e para o planeamento territorial?

1. É importante assegurar que as medidas incluídas nas Estratégias e Planos sejam reflectidas nos instrumentos de planeamento. É uma janela de oportunidade que não pode ser perdida.
2. **A Comissão Nacional do Território elaborou um manual de Boas práticas para os Planos Directores Municipais (2020)** com directrizes específicas sobre como o planeamento pode incorporar medidas de mitigação às alterações climáticas, nomeadamente através da Agricultura Urbana. Isto é extremamente promissor mas está longe do impacto merecido a nível municipal.

**Conclusões - o que aprendemos
com os resultados!**

1

Temos que aumentar a **capacitação** de todos os técnicos - sobre o potencial da **adaptação climática para integrar outras temáticas** i.e. agricultura/alimentação e o planeamento territorial

2

Temos que aproveitar a **janela de oportunidade** dos novos Planos de Adaptação Climática obrigatórios (Lei de Bases do Clima, n. 98/2021 de 31 de Dez.) **para integrar os múltiplos pontos de entrada da sustentabilidade.**

Obrigada!
Cecília Delgado | ceciliadelgado@fcsh.unl.pt

